

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**Quézia Maria da Silva**

A formação docente na Educação Inclusiva: um olhar sobre o curso de Pedagogia da  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora

2023

**Quézia Maria da Silva**

A formação docente na Educação Inclusiva: um olhar sobre o curso de Pedagogia da  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à  
Universidade Federal de Juiz de Fora como parte  
dos requisitos para obtenção do Grau de  
Licenciatura em Pedagogia. Sob a orientação da  
Professora Doutora Kátiuscia Cristina Vargas  
Antunes.

Juiz de Fora

2023

## RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo investigar como vem se dando a formação inicial, na licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no que tange a abordagem de temáticas que contemplem a inclusão na educação. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o conceito de inclusão em educação, além da análise de documentos, quais sejam: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei Brasileira de Inclusão, as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores, o Projeto Político Institucional das Licenciaturas da UFJF e documentos institucionais referentes ao curso de Pedagogia da UFJF. O artigo traz, também, uma reflexão sobre a Educação Inclusiva, apontando que ainda existem muitas barreiras a serem superadas para concretização das políticas públicas que, de certa forma, funcionam muito bem na teoria, mas na prática ainda se encontram distante da realidade do que os docentes e os estudantes com deficiência vivenciam dentro das escolas. Em relação ao curso de Pedagogia concluímos que a discussão sobre Educação Inclusiva se encontra restrita às disciplinas que abordam esse tema, sendo elas: Educação e Diversidade I e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Desta forma, os e as estudantes vivenciam uma formação na área muito restrita.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Formação de Professores; Pedagogia UFJF

## **ABSTRACT**

The present work aimed to investigate how initial training has been taking place, in the degree in Pedagogy at the Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), with regard to the approach to themes that include inclusion in education. To this end, a bibliographic survey was carried out on the concept of inclusion in education, in addition to the analysis of documents, namely: the Education Guidelines and Bases Law, the Brazilian Inclusion Law, the National Guidelines for Teacher Training, the Project Institutional Policy for UFJF Degrees and institutional documents relating to the UFJF Pedagogy course. The article also brings a reflection on Inclusive Education, pointing out that there are still many barriers to be overcome in order to implement public policies that, in a way, work very well in theory, but in practice are still far from the reality of what teachers and students with disabilities experience within schools. In relation to the Pedagogy course, we concluded that the discussion on Inclusive Education is restricted to the subjects that address this topic, namely: Education and Diversity I and Brazilian Sign Language (LIBRAS). In this way, students experience training in a very restricted area.

**Keywords:** Inclusive Education; Teacher training; UFJF Pedagogy

## **1. Introdução**

O tema principal deste trabalho é a formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva. O objetivo da pesquisa é investigar como vem se dando a formação inicial, na licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no que tange a abordagem de temáticas que contemplem a inclusão na educação.

Para redigir este artigo procuramos analisar as leis que contemplam a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares, como também, a legislação que normatiza a formação inicial de professores, no nível de graduação. Destacamos para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13146/15. Todas elas são voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência (PcD) nos espaços educacionais. No que se refere à formação inicial de professores analisamos as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores (Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015), o Projeto Político Institucional das Licenciaturas da UFJF e os documentos institucionais referentes ao curso de Pedagogia da UFJF.

O presente artigo está estruturado da seguinte maneira: na primeira seção apresentamos uma discussão sobre o conceito de inclusão na educação e sua relação com a formação de professores. Na segunda seção apresentaremos o curso de graduação em Pedagogia na UFJF e a análise dos documentos que normatizam o curso, com especial atenção para o currículo, as disciplinas e suas respectivas ementas. Por fim teceremos algumas considerações finais.

## **2. A inclusão na educação e a formação dos professores.**

A educação inclusiva surgiu a partir da década de 1990 quando ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial, em 1994 e assim ficou proclamada a Declaração de Salamanca que “define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas Políticas Públicas da Educação”. (UNESCO, 1994). Esta declaração influenciou os marcos legais da educação inclusiva em diversos países do mundo, entre eles o Brasil.

A Constituição Federal brasileira de 1988 define no artigo 205, a educação como um direito e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, para

exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, tendo acrescentado com base nos seguintes princípios, artigo 206, inciso I “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, como no artigo 208 que aborda o dever do Estado com a Educação tendo a garantia de atendimento educacional especializado.

No que se refere especificamente à Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a define no artigo 58 como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Brasil, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, que visa constituir políticas públicas para uma educação de qualidade para todos os alunos. Além do processo de democratização que tivemos na educação, ainda ocorre uma exclusão dos estudantes e grupos considerados fora dos padrões da escola. O objetivo é assegurar a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, aprendizagem e continuidade nos níveis de ensino, oferta do atendimento educacional especializado, formação de professores no atendimento educacional especializado e para a inclusão, participação da família e comunidade e acessibilidade.

Temos também a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (LBI), que garante condições de igualdade, direitos e liberdade para pessoas com deficiência, tudo de acordo com a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. No capítulo IV, que nos diz sobre o Direito à Educação, no artigo 27 traz o seguinte:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (Brasil, Lei nº 13.146, art.27 de 06 de julho de 2015.)

Entretanto, não é isso que temos observado dentro das escolas, entre os professores, alunos e profissionais das escolas, os alunos com deficiência têm passado por situações que dificultam a inserção e aumenta os desafios enfrentados na educação inclusiva. Bueno (1999) apud Ivelise Kraide Alves (2012) destaca que:

quatro desafios que a educação inclusiva impõe à formação de professores: formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o "saber" como o "saber fazer" pedagógico; formação que possibilite dar conta das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular; formação específica sobre características, necessidades e procedimentos pedagógicos para as diferenças ativas da deficiência. (Bueno, 1999 apud Alves, 2012. p.36)

Enfatizamos as palavras de Ivelise (2012):

Uma escola inclusiva deve ser o modelo da escola de qualidade, promovendo o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos, independentemente de suas necessidades e possibilidades de aprendizagem, uma vez que é a escola responsável por formar o cidadão, a ele oferecendo a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de aprendizagem. (Alves, 2012, p. 38)

O princípio da educação inclusiva é promover a igualdade de oportunidades, valorizar as diferenças humanas. A Educação Especial trabalha as habilidades desses alunos com deficiência. Ambos são diferentes da educação tradicional que trabalha a partir do professor como transmissor do conhecimento, a metodologia acaba não variando muito dentro dessas escolas, as provas são realizadas de tempo em tempo para observar e avaliar o tanto de conteúdo que o aluno conseguiu absorver durante o ensino. Os conteúdos ensinados são com base em um currículo elaborado pela escola ou estado, as aulas são realizadas de forma expositiva, o professor faz uma explicação sobre o conteúdo e passa exercícios para o aluno memorizar o que está sendo ensinado.

A hierarquia é um dos pontos principais da educação tradicional, o diretor é uma autoridade máxima dentro da escola, os alunos devem obediência a todos os superiores, sendo o elo mais fraco dentro dessa hierarquia. Para ocorrer a inclusão desses alunos é necessário que as escolas e os professores passem por adaptações para saber lidar com esses alunos, a fim de promover a inclusão. Afinal, a educação inclusiva precisa reconhecer e respeitar as diferenças individuais de cada um, atentando a necessidade de adaptar as estruturas e a cultura escolar para que esses alunos possam se sentir e estarem incluídos.

Com isso, é necessário que tudo dentro de um ambiente escolar passe por adaptações e capacitações, principalmente aos professores e profissionais da educação, visto que toda pessoa tem direito a educação. O processo de aprendizagem educacional de cada pessoa é singular, o convívio dentro da escola beneficia a todos e a educação inclusiva é dever para todos. Nos últimos anos houve um aumento significativo de matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino. Em sua tese, Antunes (2011), destaca a dificuldade de romper com as práticas sociais e pedagógicas, tendo a necessidade de avançar, a autora enfatiza que:

O seu percurso na escola será, de fato, inclusivo se forem garantidas a esses alunos condições efetivas de escolarização, considerando a necessidade de uma abordagem heterogênia dos processos de aprendizagem e permanência na escola. A presença do aluno é a primeira etapa do processo de inclusão e sem querer desqualificá-la, é a parte menos complexa. (Antunes, 2012, p. 35)

Gatti (2010) no artigo “Formação de professores no Brasil: características e problemas”, afirma que no Brasil a formação de professores começou com o ensino das “primeiras letras”, no final do século XIX quando foram criadas as conhecidas Escolas Normais, que correspondiam, naquele período, ao nível secundário. No início do século XX houve uma preocupação com a formação dos professores para o “secundário”, na atualidade corresponde aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio, com base em cursos regulares e específicos.

No final da década de 1930, obteve a formação de bacharéis nas universidades, onde foi acrescentado um ano com disciplinas da área de educação para assim terem a obtenção da licenciatura, está dirigida à formação de docentes para o “ensino secundário”. Em 1939, esse modelo chegou ao curso de Pedagogia, que destinava a formar bacharéis especialistas em educação e professores para as Escolas Normais em nível médio.

No artigo “A Educação Especial na Formação de Professores: um estudo sobre cursos de licenciatura em Pedagogia”, escrito por Cláudia Alves Rabelo Pereira e Selva Guimarães, foi realizado um mapeamento das propostas curriculares dos cursos de licenciatura. No mapeamento foram encontradas 3513 disciplinas (3107 obrigatórias e 406 optativas). De acordo com as ementas foi possível analisar um pouco a proposta da formação dos professores, entretanto, não foi possível identificar os conteúdos específicos. Podemos notar 118 disciplinas referentes à Educação Especial. As autoras trazem em seu texto dados que devemos considerar importantes em

relação à Educação Especial. De dez cursos que foram investigados para a pesquisa, cinco não fazem menção à Educação Especial, apenas dois abordam um texto referente ao artigo 5º das Diretrizes (2006) e três vão além do que Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) propõe. No artigo as autoras destacam que a Educação Especial ocupa um espaço restrito na formação inicial dos docentes e que não basta as universidades simplesmente oferecerem disciplinas teóricas sobre a educação inclusiva é necessário colocá-las em prática para que a formação docente se torne mais valiosa. Deimling (2013) afirma que:

Assim, pensamos ser importante que o professor polivalente, responsável pela sala regular de ensino, adquira em sua formação inicial uma base teórica sólida sobre as diferentes áreas de atuação da educação escolar, dentre elas os conhecimentos sobre as características da criança com NEE e seu processo de ensino-aprendizagem, a fim de que ele seja capaz, na prática, de contribuir para o sucesso no processo de aprendizagem desse aluno. (Deimling, 2013, p. 246).

Com isso podemos reafirmar que apenas inserir disciplinas que abordam à Educação Especial não significa que irá atender a total demanda dos alunos com essas necessidades especiais, vai além de pregar entre os discentes as diversidades que existem no nosso meio, é inserir de certa forma uma consciência de diversidade para que quando formados esses futuros profissionais saibam relacionar e trabalhar dentro de sala de aula, promovendo a participação plena desses estudantes.

### **3. A formação docente no curso de Pedagogia da UFJF.**

A formação inicial dos professores é uma preparação para exercer a profissão, entretanto muitos profissionais se deparam com desafios do trabalho docente, por estarem dentro de uma zona desconhecida e entre esses discursos envolve uma falta de preparo, principalmente em relação à Educação Inclusiva.

Como destacamos na seção anterior, o trabalho docente está vinculado a diversas modalidades da educação e a diversas leis que enfatizam a necessidade de incluir todos dentro de uma rede escolar, inclusive relacionados à Educação Especial. Nessa perspectiva identificamos, de certa forma, a responsabilidade dos cursos de formação de professores em desenvolver uma formação que vise a qualificação profissional na perspectiva da educação inclusiva.

A Faculdade de Educação foi fundada em 28 de novembro de 1945, em 1966 juntou-se à Universidade Federal de Juiz de Fora quando foi criado o curso de Pedagogia. Em 1968 a Reforma Universitária incluiu ao curso de Pedagogia a formação do especialista em Educação. Atualmente a Faculdade de Educação oferece cursos nos turnos diurno e noturno, além da graduação em Pedagogia e Licenciaturas, oferece diversos cursos de extensão, especialização e mestrado. No ano de 2007 foi criado o Curso de Pedagogia à distância, dentro da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

O Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para a Formação Acadêmica Profissional de Professoras/es e demais Profissionais da Educação Básica, tende a estabelecer condições institucionais para construir identidade e valorização dos cursos de licenciaturas, o documento propõe que tenha uma estrutura mínima comum aos cursos de formação de Licenciatura.

De acordo com o currículo desenvolvido para o curso de Pedagogia houve uma reestruturação, onde foi analisado o perfil do aluno que frequenta este curso e também a partir de uma percepção dos professores para que esse currículo fosse desenvolvido, considerando os debates regionais entre os coordenadores do Curso de Pedagogia da IFES Mineiras, esse trabalho foi realizado entre novembro de 2004 a maio de 2007.

Conforme os documentos analisados, o licenciando em Pedagogia pela UFJF poderá atuar em espaços escolares e não escolares, embora algumas áreas da docência como Educação Infantil, Anos Iniciais, EJA, Gestão Educacional e Investigação Educacional são integrantes do processo de formação desse docente, com isso o currículo foi elaborado juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e as demandas da Faculdade de Educação, sendo aprovada em 2007 e implementada no 1º semestre de 2008.

O curso de Pedagogia é trabalhado a partir de núcleos articulados, núcleo de estudos básicos que são as disciplinas obrigatórias para os discentes, núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos ensinados a partir de atividades eletivas, de acordo com o interesse dos alunos com temáticas específicas, grupos de pesquisa e seminários temáticos serão oferecidos e por fim, o núcleo de estudos integradores que são atividades ligadas à iniciação científica, tutoria e monitorias.

Atualmente a carga horária mínima do curso consiste em 3200 horas como evidenciadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o atual currículo traz 3220 horas e o tempo mínimo de formação é de quatro anos, nessa carga horária prevista de acordo com as DCNs é um desafio organizar todas as demandas previstas. Estas estão distribuídas da seguinte forma:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição. (Brasil, 2015)

O currículo, por mais amplo que seja não aborda algumas áreas que são necessárias para formação pedagógica, deixando que alguns desses aspectos sejam estudados na especialização ou outras formações como pós-graduação, mestrado e doutorado, onde o tema será a fonte de estudos e formação para o graduando, entretanto devemos compreender como são necessários alguns estudos na graduação, exemplo para isso é a educação inclusiva. Dentre as disciplinas ofertadas temos 40 obrigatórias, totalizando 2400 horas, cada uma delas com 60 horas de carga horária, somente duas dessas disciplinas tem foco na educação inclusiva, sendo elas: Educação e Diversidade I e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nas disciplinas eletivas temos somente uma delas com foco em educação inclusiva, sendo: Educação e Diversidade II. Bueno (1999) destaca apud Antunes e Glat (2011) que:

Não basta incluir nos currículos de formação de professores “conteúdos e disciplinas que permitam uma capacitação básica para o atendimento de portadores de necessidades especiais” (Brasil/MEC, p. 59), pois a eterna indefinição sobre a sua formação, aliada a fatores macrossociais e de políticas educacionais, têm produzido professores com baixa qualidade profissional. (Bueno, 1999 apud Antunes e Glat, 2011, p. 18).

A disciplina de Educação e Diversidade I tem sua ementa voltada para “estudo dos aspectos históricos, filosóficos, sociológicos e antropológicos da educação para a/diversidade. Culturas, políticas e práticas de inclusão na educação. A diversidade como tema transversal na BNCC. Práticas escolares e atividades de extensão voltadas para a temática da diversidade, diferença, inclusão e educação.”. A disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) aborda na sua ementa sobre “Desenvolvimento, em nível básico, das habilidades de compreensão e expressão necessárias à comunicação com surdos usuários da Língua de Sinais Brasileira - Libras”. Introdução ao estudo das visões sobre a surdez e sobre a educação de surdos.”. A eletiva Educação e Diversidade II traz na sua ementa “Inclusão em Educação. Educação para todos: pedagogia da autonomia. Questões contemporâneas sobre diferenças e diversidade: gênero e sexualidades; educação de jovens e adultos; deficiências, educação para a terceira idade; relações raciais; grupos prisionais; diferenças religiosas e outros temas.”. Ao analisar as ementas das disciplinas que destacamos identificamos que a educação inclusiva é abordada e ensinada aos discentes para lidar com a diversidade em sua grande dimensão.

O Projeto Pedagógico Institucional das Licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora, documento orientador para a construção do Projeto Pedagógico dos cursos de licenciaturas compreende “por Educação e Cultura em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão aquela que visa à formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e inclusão.” (Projeto Pedagógico Institucional, 2018), com isso podemos notar mais um aspecto onde a educação inclusiva é necessária para a formação docente. O projeto ainda traz a seguinte afirmação: “durante o processo formativo, deverá ser garantida efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades necessárias à docência.” (Projeto Pedagógico Institucional, 2018). As autoras Antunes e Glat (2011, p. 13), destacam que:

a efetivação de uma política de inclusão escolar é que embora a Educação Especial desempenhe um papel fundamental no processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades especiais, quando incluídos em turmas comuns a responsabilidade por sua escolarização é do professor regente, e este tem que ser preparado em sua formação para lidar com esta situação pedagógica. (Antunes, Glat, 2011, p. 13)

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Modalidade Presencial foi elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante, a partir da aprovação do Projeto Político Institucional de Licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Este projeto define os fundamentos, princípios e objetivos, perfil de egresso, dinâmicas formativas e procedimentos que fundamentam o currículo. São realizadas observações e demandas das possibilidades acadêmicas da Faculdade de Educação, que visa a formação acadêmico-profissional de professores e demais profissionais que atuam nos anos iniciais.

O Projeto ainda destaca que as atividades docentes relacionadas à participação na organização e na gestão de sistemas e instituições de ensino, contribuem para a formação docente, a fim de produzir um currículo nas instituições que acolhem pessoas em seus diferentes recortes etários e forma de estar no mundo, de forma que:

a noção de currículo ampliada para muito além das clássicas concepções de listagem de conteúdos, mas como um princípio organizador do cotidiano e das rotinas presentes, tanto no arranjo interno desses estabelecimentos, quanto suas relações externas” (Projeto Político-Pedagógico, 2022, p.7)

O artigo “Inclusão Escolar e a Formação Docente no curso de Pedagogia” de Silmara Gomes, Edineia Santos e Maureen Mota, apresenta uma pesquisa realizada em uma universidade pública do Paraná que busca saber como os alunos do curso de Pedagogia atuam na Educação Especial. Os dados evidenciaram que apenas uma pequena parte desses estudantes tinham alguma formação anterior relacionada a Pedagogia ou Magistério. Os aspectos mais comuns foram destacados como deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, conteúdos como paradigmas de inclusão, atendimento educacional especializado e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). As autoras destacam a proposta de Rodrigues (2008), “um currículo interdisciplinar, não apenas uma disciplina responsável pela formação para a inclusão.”. Dessa forma Imbernón (1998) apud Gomes, Santos e Mota (2014) enfatiza que:

Os dados evidenciaram que a relação entre teoria e prática é fundamental para a formação docente, para contextualizar os saberes de modo a formar profissionais com a maior possibilidade de desenvolverem uma prática que favoreça a aprendizagem de todos os alunos, o que se relaciona à necessidade de uma formação mais sólida (Imbernón, 1998, apud Gomes, Santos e Mota, 2014, p.68).

De acordo com os dados estudados, o contato com alunos com deficiência segue sendo restrito, apenas uma pequena porcentagem de estudantes da graduação, durante seu período de formação, tem acesso a esses estudantes, sendo que a carga horária voltada para a inclusão é restrita, o que não permite um aprofundamento maior de estudos. Estudantes também afirmam que este contato deveria iniciar desde o princípio da faculdade, com apoio teórico e prático facilitando esse processo de aprendizagem.

Os graduandos precisam buscar conhecimentos na área da Educação Especial fora do curso de Pedagogia. O fato de não ter muitas disciplinas voltadas para essa área faz com que ocorra uma fragilidade na graduação. Não é necessário que haja uma especialização nos cursos, mas fazer com que os estudantes estejam mais preparados para atuar nas salas de aula que tenha alunos com deficiência, de certa forma se torna importante para a formação, ter mais disciplinas voltadas para a Educação Especial para que quando os alunos com deficiência cheguem dentro da sala de aula, os professores saibam incluir.

Em vista de fundamentar este artigo, uma pesquisa qualitativa intitulada “A Educação Inclusiva na Formação Inicial de Professores”, realizada no ano de 2022 no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela discente Maiara Nogueira, relata a perspectiva de 28 dos 72 estudantes formandos que participantes da pesquisa, totalizando 38,8% da amostra, sobre sua formação na perspectiva da Educação Inclusiva. Os estudantes relataram que ao aprofundar na formação ao longo do curso foi possível notar que somente as duas disciplinas obrigatórias Educação e Diversidade I e Língua Brasileira de Sinais, como citamos acima, envolvem essa temática relacionada a conhecimentos imprescindíveis para a atuação docente. Quando questionados se sentem preparados para atuarem na Educação Inclusiva, Nogueira (2022) destaca que:

22 dos alunos não se sentem preparados para exercer este trabalho. Nota-se aí a insegurança que tanto é relatada quando se pensa em uma atuação inclusiva. Estes alunos acreditam que isto está vinculado a lacunas durante o processo formativo e também pela pluralidade dos sujeitos e com isso a falta de conhecimento e recursos (...) os estudantes acreditam que para efetivação deste trabalho, é necessário conhecer conceitos de inclusão, exclusão e segregação, saber as necessidades de cada aluno, ter uma formação específica através de especializações e curso de formação continuada e sobretudo ter consciência de que o conhecimento faz parte de uma busca constante, sendo assim necessário continuar essa formação. (Nogueira, 2022, p. 16)

Dessa forma, salientamos as palavras de Alves (2012):

A formação inicial é um importante momento na formação docente, pois é nesse período que o futuro professor tem a possibilidade de se familiarizar com conhecimentos de situações que provavelmente enfrenta ou enfrentará no seu fazer pedagógico. (Alves, 2012, p. 39)

#### **4. Conclusão**

Em vias de conclusão, salientamos a importância de um aprofundamento na formação inicial de professores, recorremos a referências bibliográficas para mostrar como o processo formativo de docentes tem acontecido no curso de Pedagogia da UFJF. Pelo exposto ao longo do texto podemos observar como a inclusão dentro do ambiente escolar tem encontrado barreiras, por mais que as políticas públicas contribuem para que o acesso à escola possa ocorrer de maneira universal para todos os alunos, de forma que possam aprender, ainda é difícil essa inclusão. A Educação Inclusiva, ainda tem a necessidade de ser mais aprofundada na formação inicial de professores. Temos Políticas Públicas e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Licenciatura em Pedagogia, que trazem a necessidade do docente ser capaz de observar, reconhecer a diversidade e respeitar as diferenças dentro das escolas, afinal a educação inclusiva exige diversas mudanças, não somente relativas às mudanças no currículo e avaliações.

Ademais a formação docente necessita ser de qualidade, um dos intuitos desta formação é formar profissionais que sejam capazes de ensinar todas as demandas, dentro da sala de aula. Como mencionado ao longo do texto, as três disciplinas com conteúdos abordados em relação à inclusão, são realizadas em apenas alguns momentos do curso, fazendo com que a formação seja precária ou fragmentada. Conforme apontam Antunes e Glat (2011):

se não houver um firme movimento de adequação da formação de professores para a demanda de uma educação voltada para diversidade, o processo de ensino-aprendizagem de um enorme contingente de alunos, sobretudo aqueles oriundos do ensino especial, será inviabilizado (Antunes e Glat, 2011, p. 12).

Queremos ressaltar a importância de um currículo que contemple de forma mais aprofundada e transversal temáticas relacionadas à inclusão em educação, que também possam

dar enfoque na Educação Especial, afinal a formação de professores necessita ser repensada, adequada a realidade das escolas. Ainda são grandes as dificuldades enfrentadas para termos um currículo que atenda as necessidades da Educação Inclusiva.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Kátiuscia C. Vargas; GLAT, Rosana. Formação de Professores na perspectiva da Educação Inclusiva em foco.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília. 2015.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 22 de Nov. de 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial. V. 3, n. 5 Piracicaba, SP: Unimep, p. 7-25, 1999.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARÃES, Selva. A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru/SP, v. 25, n. 4, p. 571-586, dez. 2019.

RESOLUÇÃO nº 97/2022, de 26 de setembro de 2022. Aprova alteração no Projeto Pedagógico Institucional - PPI - das Licenciaturas. Recuperado em 17 de outubro de 2023. <https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2022/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-97.2022.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. (2022). Curso de Licenciatura em Pedagogia: Grade do curso

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. (2022). Curso de Licenciatura em Pedagogia: Plano de Ensino, Educação e Diversidade I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. (2022). Curso de Licenciatura em Pedagogia: Plano de Ensino, Educação e Diversidade II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. (2022). Curso de Licenciatura em Pedagogia: Plano de Ensino, Língua Brasileira de Sinais.